

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC ALEXANDRE ALMEIDA GOMES FERREIRA

OPERAÇÃO DE EVACUAÇÃO DE NÃO COMBATENTES:
uma possibilidade de emprego do poder naval

Rio de Janeiro

2019

CC ALEXANDRE ALMEIDA GOMES FERREIRA

OPERAÇÃO DE EVACUAÇÃO DE NÃO COMBATENTES:
uma possibilidade de emprego do poder naval

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CC Thiago Montilla T. de Almeida

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Deus, pelo dom da vida e saúde para enfrentar mais este desafio em minha jornada.

A minha esposa, Clarisse e meus filhos Breno e Laura, pelo amor, companheirismo, suporte e principalmente, paciência em compreender os momentos difíceis de ausência e dedicação exigidos por este curso.

Ao meu orientador, CC Montilla pela orientação segura e conselhos essenciais para o desenvolvimento deste trabalho.

RESUMO

O papel das marinhas mudou consideravelmente ao final da Guerra Fria, tendo sido observado um emprego cada vez maior nas atividades de não guerra, incorporadas para a Marinha do Brasil como as Atividades de Uso Limitado da Força e Atividades Benignas. A crescente inserção do Brasil no cenário internacional tem resultado em um aumento da presença de brasileiros no exterior, e, conseqüentemente, exposição maior desses a riscos nos locais onde residem. Nesse cenário, cresce a probabilidade da necessidade do Governo Brasileiro de ter que realizar uma Operação de Evacuação de Não Combatentes, de modo a garantir a segurança dos nossos nacionais. Apesar de já ter se deparado nesta condição algumas vezes, historicamente o Brasil optou pelo emprego da Força Aérea Brasileira para a realização da evacuação, não fazendo uso do seu poder naval. O presente trabalho procura identificar fatores impeditivos e favoráveis para o emprego de meios navais em uma evacuação, através de uma análise de casos onde este emprego tenha se revelado um sucesso, depreendendo possíveis ensinamentos para a Marinha do Brasil.

Palavras-Chave: Operação de Evacuação de Não Combatentes. Poder Naval. Meios Navais. Bases avançadas.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AOA –	Área do Objetivo Anfíbio
ARE –	Área de Reunião de Evacuados
CCE –	Centro de Controle de Evacuados
CFN –	Corpo de Fuzileiros Navais
C Op –	Comando Operacional
DMN –	Doutrina Militar Naval
EUA –	Estados Unidos da América
FAB –	Força Aérea Brasileira
ForDbq –	Força de Desembarque
ForTarAnf –	Força Tarefa Anfíbia
FT –	Força Tarefa
FTM-UNIFIL –	Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano
GptOpFuzNav –	Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais
LDS –	Local de Destino Seguro
MB –	Marinha do Brasil
MD –	Ministério da Defesa
MRE –	Ministério das Relações Exteriores
MEU –	<i>Marine Expeditionary Unit</i>
NEO –	<i>Non-combatant Evacuation Operation</i>
NEOCC –	<i>Non-combatant Evacuation Coordination Cell</i>
OIG –	Organismos Inter Governamentais
OPAS –	Organização Pan Americana de Saúde
Op ENC –	Operação de Evacuação de Não Combatentes

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 O PAPEL DAS MARINHAS NO SÉCULO XXI	8
2.1 OPERAÇÃO DE EVACUAÇÃO DE NÃO COMBATENTES	11
2.1.2 Conceitos e Características das Operações de Evacuação de Não Combatentes.....	13
2.1.3 O Poder Naval nas Operações de Evacuação de Não Combatentes	16
3 ANTECEDENTES HISTÓRICOS.....	19
3.1 O BRASIL NAS OPERAÇÕES DE EVACUAÇÃO DE NÃO COMBATENTES.....	20
3.2 O EMPREGO DO PODER NAVAL NA EVACUAÇÃO DE NÃO COMBATENTES	25
3.2.1 Operação <i>Sharp Edge</i> (Evacuação dos EUA da Libéria em 1990).....	25
3.2.2 – Operação <i>Eastern Exit</i> (Evacuação dos EUA da Somália em 1991)	29
3.2.3 Operação <i>Deference</i> (Evacuação do UK na Líbia em 2011)	34
4 ANÁLISE	37
4.1 POSSÍVEL EMPREGO PARA A MB.....	40
5 CONCLUSÃO.....	42
REFERÊNCIAS	43

1 INTRODUÇÃO

O papel das marinhas evoluiu ao longo dos anos passando a incorporar novas atividades. No século XXI, cresceu o emprego nas atividades de não guerra, incorporadas na Doutrina Militar Naval Brasileira como Atividades de Emprego Limitado da Força e Atividades Benignas.

A crescente inserção do Brasil no cenário internacional tem resultado em um aumento da presença de brasileiros no exterior, aumento a exposição destes a riscos nos locais onde residem, sendo, em determinados casos, responsabilidade do governo brasileiro providenciar sua evacuação dessas áreas de risco, com emprego da força militar se necessário, por meio de uma Operação de Evacuação de Não Combatentes.

Apesar do Brasil já ter se defrontado com a necessidade de empregar meios militares para realizar a evacuação de seus nacionais, o esforço principal de evacuação nessas situações, ficou a cargo da Força Aérea Brasileira, não tendo sido empregado meios navais pertencentes a Marinha, mesmo em situações em que a quantidade de pessoas a serem evacuadas era significativa.

O presente trabalho tem por objetivo levantar quais os fatores impeditivos bem como os favoráveis para o emprego de meios navais em uma evacuação de não combatente. Para tal, foi feita uma pesquisa descritiva, analisando o caso de três operações conduzidas com sucesso por seus respectivos estados, que contaram com a participação decisiva de meios navais.

Sendo assim, o trabalho foi dividido em uma cinco capítulos, iniciando com uma introdução e finalizado pela conclusão. No segundo capítulo, são apresentados alguns aspectos teóricos a respeito do emprego atual das marinhas de guerra, seguido de considerações a respeito de uma operação de evacuação de não combatentes.

O terceiro capítulo, apresenta casos históricos de evacuações realizadas pelo Brasil, bem como os exemplos Norte-Americanos e Britânicos nas quais o emprego de suas respectivas marinhas foi fundamental para o sucesso das operações realizadas.

O quarto capítulo, apresenta uma análise das informações apresentadas assim como alguns comentários a respeito da possibilidade da realização deste tipo de operação pela Marinha do Brasil. Por fim, encerra-se o trabalho com a conclusão, apresentando o resultado e algumas considerações finais.

2 O PAPEL DAS MARINHAS NO SÉCULO XXI

O planejamento militar durante o período da Guerra Fria¹ (1947 – 1989) era voltado para ameaças claramente definidas. A guerra envolvendo os blocos capitalista e socialista na qual o mundo estava dividido definia e orientava o desenvolvimento do poder militar dos estados envolvidos, limitado em função de certas peculiaridades nacionais e da sua capacidade econômica. Em termos de planejamento, foi uma época de “certezas”: conhecia-se quem era o inimigo, sua capacidade militar era sabida com bastante aproximação e avaliava-se com relativa precisão o grau de ameaça que ele representava (VIDIGAL, 2004).

Ao final da Guerra Fria, a situação foi se alterando aos poucos. As ameaças tornaram-se mais difusas, dificilmente podendo ser relacionadas com um espaço geográfico ou um determinado Estado. As clássicas hipóteses de emprego perderam o sentido. A guerra parecia impossível e o mundo caminhava para um estado de paz e cooperação que tornaria as forças armadas obsoletas (VIDIGAL, 2004).

O papel tradicional das forças armadas sempre foi, e continua sendo, o de enfrentar em combate as forças armadas inimigas. Esse é o mais importante elemento orientador do desenvolvimento e preparo do poder militar. Entretanto o contexto atual indica a necessidade de ampliação do emprego das forças armadas em situações antes não previstas ou em que as forças armadas eram empregadas aleatoriamente, sem o alicerce de um sistema metodológico que permitisse o emprego mais racional e mais efetivo da força. (VIDIGAL, 2004)

Nesse contexto de ameaças difusas e incertezas é indispensável que se identifiquem novos parâmetros que possam orientar o preparo e o desenvolvimento do poder militar da estado. O panorama político-estratégico do século XXI traz novos desafios e,

¹ Denominação dada ao período de 1947 a 1989, caracterizado pela tensão e disputa global entre os Estados Unidos da América (EUA) e a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

consequentemente, existe a necessidade de se rever o papel das forças armadas para que elas possam se adaptar a esses novos tempos (VIDIGAL, 2004).

De acordo com SPELLER (2014), na década de 1970 Ken Booth argumentou que os estados se interessavam pelo uso do mar por três razões principais: para a passagem de bens e pessoas; para a passagem de forças militares com propósitos diplomáticos ou uso contra alvos no mar ou em terra; e para a exploração/exploração dos recursos no mar. Tais razões foram articuladas em termos de uma tríade do uso do mar. Assim sendo, as funções das marinhas foram divididas em três papéis: diplomático, policial e militar. Para cada um destes papéis, as marinhas seriam empregadas em uma série de atividades decorrentes. Naturalmente, os estados terão diferentes prioridades na tríade do uso do mar, por ocasião do planejamento e desenvolvimento de suas marinhas.

Em 1990, Eric Grove utilizando-se dos conceitos acima, desenvolveu sua própria versão dessa tríade, revisando as atividades desempenhadas por cada papel exercido. A evolução introduzida por Grove, considerou ainda que as atividades desenvolvidas não devem ser consideradas independentes entre si, pois estão inter-relacionadas, podendo ser conduzidas concomitantemente ou consecutivamente. Destaca-se que tanto Booth como Grove concordavam que o papel militar era a base desta tríade, e que fornecia a fundação necessária para que os outros papéis se desenvolvessem (SPELLER, 2014).

A Doutrina Militar Naval² (DMN) aprovada em 2017 apresenta uma adaptação do modelo de Grove para o Poder Naval³ brasileiro, dividindo a aplicação desse poder em Guerra Naval, Atividades Benignas e Atividade de Emprego Limitado da Força.

² Documento de alto nível da Marinha do Brasil (MB) que orienta o planejamento, o preparo e a aplicação do Poder Naval Brasileiro, servindo de base para a elaboração dos demais documentos doutrinários da MB.

³ O Poder Naval é um dos componentes da expressão militar do Poder Nacional e integrante do Poder Marítimo, capaz de atuar no mar, nas águas interiores e em certas áreas terrestres limitadas de interesse para as operações navais, incluindo o espaço aéreo sobrejacente, visando a contribuir para a conquista e a manutenção dos objetivos.

A guerra naval é o emprego clássico da Marinha, focando no papel militar da força. É a parte constituída por ações militares conduzidas nos espaços marítimos, nas águas interiores e em certas áreas terrestres limitadas de interesse para as operações navais, incluindo o espaço aéreo sobrejacente. Consiste no emprego do Poder Naval, contribuindo para a conquista e a manutenção dos Objetivos Nacionais de Defesa (BRASIL, 2017).

As Atividades Benignas, são aquelas em que o Poder Naval pode ser empregado, de forma organizada e autossustentável, com capacidades e conhecimentos especializados, nas quais nem a violência tem parte em suas execuções, nem o potencial de aplicação da força é pré-requisito. Essas atividades decorrem da Constituição Federal, Leis Complementares e Ordinárias, Decretos, documentos nacionais de defesa e da missão da MB (BRASIL, 2017).

Finalmente, as Atividades de Emprego Limitado da Força são aquelas em que a MB exerce o poder de polícia para impor a lei ou um mandato internacional, do qual o país tenha assumido obrigação, determinada por organização intergovernamental. A forma de aplicação da força será prescrita em documento legal e refletirá nas regras de engajamento a serem promulgadas para a operação. O emprego da força não deve se constituir no principal meio para se atingir um determinado fim; ao contrário, deve haver ponderação nesse sentido. Não obstante, o pessoal empregado nessas atividades deve estar apto e preparado para, se a situação exigir, agir no exercício da legítima defesa própria ou de terceiros e na intensidade apenas necessária, a fim de repelir injusta agressão que represente risco, atual ou iminente, de morte ou lesão corporal grave (BRASIL, 2017).

As Atividades de Emprego Limitado da Força previstas na DMN são: Garantia dos Poderes Constitucionais; Garantia da Lei e da Ordem; Segurança Durante Viagens Presidenciais em Território Nacional, ou em eventos na Capital Federal; Ações Contra Delitos Transfronteiriços e Ambientais; Patrulha Naval; Inspeção Naval; Cooperação com Órgãos Federais; Operações de Retomada e Resgate; Segurança das Instalações Navais; Segurança do

Tráfego Marítimo; Operações de Paz; Segurança de Representações Diplomáticas e Operação de Evacuação de Não Combatentes, sendo esta última objeto do presente trabalho (BRASIL, 2017).

O emprego do Poder Naval e a composição das forças nas Atividades de Emprego Limitado da Força dependerão da situação. O uso da força será determinado e regulado por fundamentação legal precisa, planejamento formal, entendimento claro das delegações, ordens textuais e métodos de controle. Será analisado a seguir uma atividade específica desse emprego do Poder Naval: A Operação de Evacuação de Não Combatentes, a qual apesar de basear-se no emprego da força militar, está mais relacionada ao papel diplomático da Marinha do que o militar propriamente dito (BRASIL, 2017).

2.1 OPERAÇÃO DE EVACUAÇÃO DE NÃO COMBATENTES

De acordo com a Política Nacional de Defesa, o término da Guerra Fria reduziu o grau de previsibilidade das relações internacionais vigentes desde a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945). Nesse ambiente, é pouco provável um conflito generalizado entre Estados. Entretanto, renovam-se conflitos de caráter étnico e religioso, exacerbam-se os nacionalismos e fragmentam-se os Estados, situações que afetam a ordem mundial. O fenômeno da globalização⁴, caracterizado pela interdependência crescente dos países, pela revolução tecnológica e pela expansão do comércio internacional e dos fluxos de capitais, resultou em avanços para uma parcela da humanidade. Concomitantemente, a criação de blocos econômicos tem acirrado a concorrência entre grupos de países. Para os países em desenvolvimento, o desafio é o de uma inserção positiva no mercado mundial (BRASIL, 2013).

⁴ A globalização é um processo de aprofundamento internacional da integração econômica, social, cultural e política, impulsionado pela redução de custos dos meios de transporte e comunicação dos países no final do século XX e início do século XXI.

Sendo assim o Brasil tem buscado expandir seus interesses no exterior, através de uma crescente inserção internacional, integração regional e participação cada vez mais ativa em Organismos Inter Governamentais (OIG) regionais e globais. Essas ações tem resultado em um aumento da presença de empresas, representações, instituições e diversas organizações governamentais e não governamentais em outros Estados, aumentando, assim, o número de brasileiros em territórios estrangeiros. Segundo o Ministério das Relações Exteriores (MRE)⁵, existiam mais de 3 milhões de brasileiros residindo no exterior em 2016.

Em diversos Estados onde vivem e trabalham brasileiros, circunstâncias especiais, decorrentes de conflitos regionais, instabilidades políticas, econômicas ou sociais ou até mesmo de catástrofes naturais, tais como terremotos, tsunamis ou furacões podem afetar o cotidiano do país, a ponto de constituírem ameaça a pessoas, bens e recursos pertencentes ao Brasil, configurando uma crise internacional.

Caso o Embaixador Brasileiro no país anfitrião julgue que a situação constitui ameaça a integridade física dos brasileiros situados no país, este poderá solicitar ao MRE a evacuação dos brasileiros daquele país. Normalmente, são utilizadas linhas aéreas programadas, voos fretados e/ou transporte de superfície para a evacuação do pessoal. Caso a situação no país inviabilize o emprego destes meios de transporte, será necessário o emprego da força militar para a garantia da segurança e a evacuação de nossos nacionais, bem como de outras pessoas cuja retirada seja de interesse do governo brasileiro (BRASIL, 2013).

Nesse contexto, surgem as Operações de Evacuação de Não Combatentes⁶ (Op ENC), que são definidas como uma operação conduzida pelo Ministério da Defesa (MD), por solicitação do MRE ao Presidente da República, para a evacuação de não combatentes, preferencialmente brasileiros, fora do território nacional, cujas vidas estejam em perigo, de seus

⁵ <http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades/Estimativas%20RCN%202015%20-%20Atualizado.pdf>

⁶ Não Combatente - expressão que abrangem civis e militares não essenciais à operação, brasileiros, nacionais selecionados do país anfitrião e nacionais de outros países que serão evacuados.

locais no país anfitrião para um Local de Destino Seguro⁷ (LDS). Uma Op ENC, usualmente, envolve a entrada de uma força militar no território do país anfitrião e a ocupação temporária de um objetivo que assegure as condições de segurança para a realização de uma retirada planejada de não combatentes (BRASIL, 2013).

2.1.2 Conceitos e Características das Operações de Evacuação de Não Combatentes

Uma vez definido que é uma Op ENC e em que contexto elas são executadas, faz-se necessário discorrer sobre alguns aspectos relevantes atinentes a esse tipo de operação e que a diferem de outras operações militares.

A estrutura de Comando e Controle de uma Op ENC é peculiar. Uma vez ativado o Comando Operacional (C Op) responsável pelo planejamento e execução da operação, este o fará em coordenação com o Embaixador do Brasil no país anfitrião. Em que pese o Embaixador não fazer parte da cadeia de comando militar, ele será a autoridade responsável (nível político) pela Op ENC e pela segurança e controle de todos os cidadãos que serão evacuados (BRASIL, 2013).

Destaca-se também o forte caráter político dessas operações, uma vez que trata-se de uma operação militar conduzida em território estrangeiro, sem que haja um estado de beligerância entre ambos os Estados, logo as ações decorrentes da operação podem desencadear repercussões nas relações internacionais entre as partes, comprometendo os interesses do Brasil na região. Assim sendo, as Op ENC devem ser conduzidas com estreita coordenação, em todos os níveis, entre o MD e o MRE (BRASIL, 2013).

Por esse motivo, elaboração, disseminação e elaboração das Regras de Engajamento constituem-se um elemento crítico na operação. Embora o engajamento deva ser

⁷ Local de Destino Seguro (LDS) é o local designado pelo MRE para onde são conduzidos os evacuados ao término da operação.

evitado ao máximo, uma vez que os objetivos (militares e políticos) não são as forças oponentes ou adversas, uma resposta proporcional e adequada, com uso da força, poderá ser necessária. Ressalta-se que em uma Op ENC, presume-se que não envolva a circunstância de nacionais permanecerem presos ou detidos por forças adversas, quando neste caso seria realizada uma Operação de Resgate (BRASIL, 2013).

Segundo Blanchard (1997), as Op ENC são primordialmente uma operação diplomática, que é apoiada por meios militares. A decisão de evacuar uma embaixada é política. Os objetivos da política externa do Brasil, aliados às condições da área de conflito com ênfase na segurança dos cidadãos brasileiros, são os fatores determinantes na decisão. A realização de uma Op ENC pode sinalizar a perda de confiança na capacidade do país anfitrião em controlar a situação, levando outros Estados, organizações internacionais ou facções rivais internas a reagir de maneira a escalar a crise no país.

Outra característica importante é o elevado grau de incerteza que cercam as Op ENC. Por serem desencadeadas normalmente em decorrência de desastres naturais, que são imprevisíveis, ou por instabilidades internas no país, que muitas vezes são voláteis e variam rapidamente, a previsibilidade desse tipo de operação é muito baixa, não sendo incomum que sejam desencadeadas inopinadamente, resultando num tempo para o planejamento escasso (BRASIL, 2013).

As Op ENC podem ser executadas em diferentes conjunturas no país anfitrião, chamadas de ambiente operacional, sendo de suma importância para o planejamento e a constituição das forças militares a ser empregadas. O ambiente operacional pode ser classificado como: permissivo, aquele onde não é esperada resistência às operações de evacuação; incerto, no qual as forças armadas do país anfitrião, receptivas ou não à Op ENC, não detém o controle efetivo do território e da população na região da operação; e hostil, no

qual o governo do país anfitrião adotou postura hostil tais que põem em risco a permanência e a vida de brasileiros naquele território ou perdeu o controle da situação (BRASIL, 2013).

Alterações repentinas no governo do país anfitrião, reorientação política ou militar existente em relação ao Brasil por forças internas ou externas naquele país podem resultar em uma alteração do ambiente operacional, o qual pode passar rapidamente de permissivo para incerto ou hostil, alterando significativamente o planejamento de uma Op ENC ou as ações em curso, caso já esteja em execução (BRASIL, 2013).

A correta avaliação da situação do país anfitrião é de extrema importância, conforme relata Blanchard (1997) “Talvez a consideração mais importante afeta a todas as operações de evacuação é a confiabilidade nas forças militares e de segurança da nação anfitriã.”⁸ (tradução nossa). A composição das forças militares que serão empregadas em uma Op ENC deve possuir flexibilidade para fazer frente às mudanças no ambiente operacional (BRASIL, 2013).

A realização de uma Op ENC observará a seguinte sequência geral de ações: estabelecimento de contatos com a missão diplomática brasileira no local da operação; deslocamento da força militar para a região; concentração do pessoal a ser evacuado em uma área de reunião⁹, seguido do deslocamento destes para um centro de controle¹⁰ e posterior transporte para um LDS (BRASIL, 2013).

Dependendo do ambiente operacional, a Op ENC poderá contar ainda com um Grupo Avançado¹¹, desde a fase de planejamento, para auxiliar na evacuação, bem como o emprego de uma Base Intermediária de Apoio, a partir da qual serão empregadas as forças

⁸ Perhaps the single most important consideration affecting all evacuation operations is the reliability of the host nation's military and security forces.

⁹ Área de Reunião de Evacuados (ARE) é um local previsto para a concentração inicial dos não combatentes a serem evacuados.

¹⁰ Centro de Controle de Evacuados (CCE) é o local onde ocorre o processamento dos evacuados. O processamento inclui, dentre outros procedimentos, uma triagem de prioridade, avaliação médica, inspeção de bagagem e preparação para o embarque.

¹¹ Força Militar precursora, com a tarefa de realizar a coordenação necessária com a missão diplomática bem como coletar informações importantes para o planejamento da operação (BRASIL, 2008)

militares, facilitando o apoio logístico das mesmas e um Local de Destino Seguro Intermediário, para onde serão transportados os evacuados antes de seu destino final (BRASIL, 2013).

2.1.3 O Poder Naval nas Operações de Evacuação de Não Combatentes

O Poder Naval é composto pelos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais; as infraestruturas de apoio; e as estruturas de comando e controle, de logística e administrativa. As forças e os meios de apoio não orgânicos da MB, quando vinculados ao cumprimento da missão da Marinha e submetidos a algum tipo de orientação, comando ou controle de autoridade naval, serão considerados integrantes do Poder Naval (BRASIL, 2017).

A exploração das características básicas do Poder Naval¹², favorecida pela liberdade de navegação, a disponibilidade de pontos de apoio logístico fixo, estrategicamente posicionados, e pela incorporação de apoio logístico móvel às forças em operação, proporcionam a aplicação do Poder Naval em um largo espectro de atividades, desde as ações de diplomacia, o emprego limitado da força, até as operações de guerra (BRASIL, 2017).

Navios de guerra são capazes de suspender de forma discreta para que não sejam notados, ou de forma amplamente divulgada, se assim for desejado. Quando empregados no exterior, esses navios não cruzam fronteiras tampouco infringem a soberania de outro estado, a menos que assim o desejem fazer. Sua chegada em outro estado representa de forma tangível os interesses nacionais, realizando ação de presença e contribuindo para a política externa (SPELLER e TUCK, 2001).

¹² As características básicas do Poder Naval são: mobilidade, capacidade de deslocar-se prontamente e a grandes distâncias em condições de emprego imediato; permanência, capacidade de operar continuamente com independência por longos períodos; versatilidade, capacidade de alterar a postura militar mantendo-se apto para executar uma ampla gama de tarefas; e flexibilidade, capacidade de organizar-se e diferentes grupamentos operativos, possibilitando um emprego gradativo.

A mobilidade de um navio de guerra o torna capaz de suspender de seu porto sede e dirigir-se para algum lugar distante. Sua capacidade de permanência o permite, por exemplo monitorar a situação em terra. Sua versatilidade, o torna capaz de desempenhar uma variada gama de tarefas, como por exemplo assistência humanitária, efetuar uma evacuação ou um apoio de fogo, mudando de papel rapidamente dependendo das necessidades. A conjugação dessas características, os tornam meios propícios para serem empregados em resposta a crises inesperadas, como é o caso da necessidade da realização de uma Op ENC.

De acordo com SPELLER e TUCK (2001) os princípios de uma Op ENC eram associados com os de uma Operação Anfíbia, em que uma força de desembarque é projetada em terra advinda do mar, estabelecendo elementos avançados para atuarem como ligação com as autoridades diplomáticas locais e auxiliar estes nos seus planos de evacuação. Caso a situação em terra seja hostil ou potencialmente hostil, as forças militares serão empregadas para assegurar os locais de embarque e garantir a segurança do pessoal durante a evacuação.

Ainda que qualquer uma das Forças Singulares seja capaz de executar uma Op ENC, a MB possui uma especial aptidão para esta tarefa, particularmente quando realizada em outro continente, em função das características intrínsecas ao Poder Naval. Tais características permitem que uma Força Naval, que conte com um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais¹³ (GptOpFuzNav) embarcado, possa deslocar-se para um área marítima em águas internacionais, ficando em condições de contribuir para a evacuação do pessoal em risco, em coordenação com o MRE (BRASIL, 2008).

Sendo assim, a execução de um Op ENC pela MB é realizada através de uma Projeção Anfíbia, a qual é um tipo de Operação Anfíbia¹⁴ apropriada para a condução de

¹³ O GptOpFuzNav é uma forma de organização para o emprego de tropa de Fuzileiros Navais, constituída para o cumprimento de missão específica (BRASIL, 2013).

¹⁴ A Operação Anfíbia (OpAnf) é uma operação naval lançada do mar, por uma Força-Tarefa Anfíbia (ForTarAnf), sobre região litorânea hostil, potencialmente hostil ou mesmo permissiva, com o propósito principal de introduzir uma Força de Desembarque (ForDbq) em terra para cumprir missões designadas (BRASIL, 2017).

atividades de emprego limitado da força e benignas, tais como Operação de Evacuação de Não Combatentes (Op ENC), operações de apoio a uma Força de Paz, resposta a desastres ambientais e operação humanitária (BRASIL, 2017).

Zuccaro e Soares (2002), assim descrevem a importância de se empregar o Poder Naval em uma Operação Anfíbia para a realização de uma Op ENC:

“[...] cresce de importância o emprego do Poder Naval (PN), particularmente a constituição de uma Força Tarefa Anfíbia (ForTarAnf). Sua mobilidade, associada à possibilidade de permanência, pré-posicionadas em águas internacionais, por longos períodos de tempo, conferem ao PN características determinantes para o seu emprego em operações de ENC.” (p.7)

Desse modo, as peculiaridades das Op ENC não invalidam a utilização de conceitos perfeitamente consolidados na MB e em particular no Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), com as devidas adaptações, quando necessárias. Definições tais como Força-Tarefa Anfíbia (ForTarAnf), Força de Desembarque (ForDbq), Área do Objetivo Anfíbio (AOA) e outras são válidas também para a Op ENC. Igualmente aplicáveis são as relações de comando entre os Comandantes da ForTarAnf e da ForDbq (BRASIL, 2008).

Visando ilustrar as Op ENC e possibilitar a identificação de alguns conceitos e características aqui apresentados, serão apresentados a seguir, alguns exemplos históricos de evacuações de não combatentes realizadas para uma posterior análise.

3 ANTECEDENTES HISTÓRICOS

De acordo com Medeiros e Soares (2009), a evacuação de nacionais tem caráter costumeiro e, já em 1625, Hugo Grotius afirmava que “os soberanos têm o direito de punir as ofensas feitas a seus súditos”, o que significava na prática uma extensão da jurisdição do Estado a seus nacionais expatriados. Assim, sob a forma de costume ou não, esse tipo de operação repetiu-se ao longo da História: em 1827 (Inglaterra/Grécia); 1901 (Estados Ocidentais/China – revolta dos Boxers); 1976 (Israel/ Uganda); 1977 (Alemanha/Somália – Landshut); 1980 (USA/Irã); 1994 (França/Ruanda – Operação Amaryllis).

Alguns Estados tem demonstrado preocupação em relação à segurança de seus nacionais que se encontram no exterior, optando pela realização de uma Op ENC quando esses foram submetidos a uma ameaça real, seja pela escalada de uma crise, seja pela atuação de facções dissidentes do governo legalmente estabelecido (ZUCCARO, 2002).

Ainda segundo Zuccaro (2002), os Estados Unidos da América (EUA) são um bom exemplo de país que realizam este tipo de operação com frequência, logicamente respaldados pela sua capacidade de intervenção militar em nível global. Conforme relatório do Center for Strategic Studies (2005), no período compreendido entre os anos de 1970 a 2003, os EUA realizaram setenta e seis Op ENC. O Reino Unido, é outro exemplo de Estado que comumente executa esse tipo de operação, como relata Dudin (2011):

“Operações de Evacuação de Não Combatentes são um dos tipos mais comuns de operações realizadas pelas Forças Britânicas, com aproximadamente 20 conduzidas desde a 2ª Guerra Mundial, incluindo oito nos últimos 20 anos”. (tradução nossa)^{15,16} (p. 1).

¹⁵ Non-combatant Evacuation Operations (NEOs) are one of the most common types of military operation conducted by British forces, with approximately 20 conducted since WWII, including eight within the last 20 years.

¹⁶ As oito operações nos últimos anos a qual o autor se refere, não incluem as Op ENC realizadas em decorrência de desastres naturais.

A partir do ano 2000, de acordo com consulta realizada através do Serviço de Informação ao Cidadão do Ministério das Relações Exteriores¹⁷, o Brasil encontrou-se na necessidade de realizar evacuação de seus nacionais nas seguintes situações: Bolívia (2003); Líbano (2006); Suriname (2009); Chile (2010); e São Martinho¹⁸(2017). As situações mencionadas serão detalhadas a seguir.

3.1 O BRASIL NAS OPERAÇÕES DE EVACUAÇÃO DE NÃO COMBATENTES

Em 2003, a Embaixada Brasileira na Bolívia coordenou a evacuação de 108 brasileiros da cidade de La Paz, em um voo da Força Aérea Brasileira (FAB), face à instabilidade política e distúrbios sociais que afetaram aquele Estado. Não foi possível obter informação sobre quando a evacuação foi solicitada (MRE, 2019).

Em julho 2006, o mundo foi surpreendido com os ocorridos no Líbano. Israel bloqueou portos, aeroportos e rotas terrestres e desferiu ataques, em vários lugares do Líbano, em represália aos ataques do Grupo Hezbollah¹⁹ (SANTOS, 2008).

Após o início das hostilidades no Líbano, o Estado Brasileiro deparou-se com a necessidade de realizar a evacuação dos cidadãos brasileiros e de seus familiares do território libanês, logo estendida a outros cidadãos sul-americanos. Assim, seguindo instruções da Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE – MRE), em 16 e 17 de julho deslocaram-se para Adana²⁰, na Turquia, e posteriormente para Istambul, funcionários da Embaixada Brasileira em Ancara, para prestar apoio a grupo de turistas procedente do Líbano, que fretara

¹⁷ A consulta foi realizada em 31/05/2019 através do site <https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.aspx>, tendo sido respondida através de e-mail contendo as informações atinentes as últimas evacuações de não combatentes coordenadas pelo MRE.

¹⁸ São Martinho é uma ilha situada no Mar do Caribe.

¹⁹ O Hezbollah é uma organização com atuação política e paramilitar fundamentalista islâmica xiita, sediada no Líbano, e que se autodefine como um “movimento de resistência islâmica contra Israel e seus aliados ocidentais” (TEIXEIRA da SILVA, 2004, p.445).

²⁰ A cidade de Adana (Turquia) fica a 526 km de distância de Beirute (Líbano) e a 240 km da fronteira entre os dois países (distâncias consideradas através de deslocamento por via rodoviária).

ônibus para sair da zona conflagrada. O apoio fornecido se daria através de transporte até Istambul e auxílio na remarcação de passagens aéreas (MRE, 2019).

Nesse ínterim, foi decidida a realização da primeira missão oficial de retirada de brasileiros do Líbano, aproveitando a presença, na África, de avião de transporte da FAB. Para tal, foi organizado comboio de ônibus a partir de Beirute, no qual vieram cerca de 130 pessoas, incluindo familiares de funcionários brasileiros e pessoal não-essencial da Embaixada e do Consulado-Geral em Beirute. Desse total, 98 pessoas embarcaram na aeronave, os outros seguindo independentemente (MRE, 2019).

Tendo em a necessidade de uma evacuação em larga escala, dada a quantidade de brasileiros na região, decidiu-se pela criação em 20 de julho, de um Núcleo de Apoio na cidade de Adana. O núcleo, composto pessoal da Embaixada Brasileira em Ancara, num total de sete, tinha como função: acolher os refugiados a partir da fronteira turca, dar-lhes o atendimento necessário e coordenar seu transporte para o Brasil. A escolha da cidade de Adana foi devido ao fato de localizar-se nela o único aeroporto da região, além de Gaziantep (onde as condições de segurança, em vista do terrorismo curdo, eram piores) em condições de receber aeronaves de longo alcance (MRE, 2019).

A partir do início dos trabalhos do Núcleo, no período entre 21/07 e 14/08, foram recebidos 13 comboios com brasileiros de diversos locais na região, sendo dois provenientes de Damasco (Síria), sete de Beirute e quatro do Vale do Bekaa, transportando total de 1778 brasileiros, sul-americanos e familiares. Alguns outros poucos indivíduos juntaram-se a esse total, tendo viajado independentemente até Adana (MRE, 2019).

A operação de recebimento dos comboios implicava grande esforço logístico, em função da distância de Adana ao ponto de entrada na fronteira. O Núcleo contava com esquema alternativo, negociado com as autoridades turcas para o eventual uso de dormitórios em escolas ou até de estádios, caso houvesse massa muito grande de retirados do Líbano; razões de

conforto e praticidade levaram, porém, à decisão de mantê-los em hotéis. O Núcleo prestou apoio aos retirantes, tendo coordenado, com o apoio da Governadoria regional, atendimento médico para os casos necessários, inclusive ambulatorial (MRE, 2019).

A outra importante função do Núcleo foi a coordenação e o acompanhamento do embarque de passageiros, para repatriação ao Brasil, em 12 vôos da FAB e um vôo da Varig, que transportaram total de 1.749 pessoas, no período entre 23/07 e 20/08. A diferença entre os números de pessoas repatriadas e retiradas do Líbano corresponde a pessoas que desistiram de continuar viagem ou seguiram por seus próprios meios, uma vez retirados daquele país. Alguns poucos decidiram retornar ao Líbano, após o cessar-fogo (MRE, 2019).

Inicialmente previsto para durar até o dia 30 de julho, a existência do Núcleo foi prorrogada até o dia 22 de agosto, em função dos prazos de retirada, ditados, por sua vez, pela disponibilidade de aeronaves para o transporte. Foi essencial para o bom funcionamento do Núcleo a cooperação das autoridades turcas, tanto em nível nacional, quanto em nível local (MRE, 2019).

A Op ENC realizada nesta ocasião pelo governo brasileiro foi coordenada entre o MRE, GSI/PR²¹ e MD. Apesar do sucesso na evacuação, segundo Paulo Cabral, correspondente da BBC Brasil em Beirute na ocasião, diplomatas brasileiros no Oriente Médio criticaram o método de evacuação escolhido pelo governo brasileiro²².

De acordo Zuccaro *apud* SILVA (2013), apesar do sucesso dessa operação, observou-se na prática que esta não é a melhor forma de conduzir Op ENC em ambiente operacionais complexos como foi o caso, devido à necessidade de se realizar um correto planejamento, com detalhamentos que apontem as ameaças e os riscos operacionais e políticos para a implementação da mesma, assim como as condições de segurança dos brasileiros em presença. Países ricos como os Estados Unidos da América (EUA) e a Grã-Bretanha optaram

²¹ Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

²² https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2006/07/060721_libanoretirada_is.shtml

por fazer a retirada de seus cidadãos por mar, com navios que levam as pessoas do porto de Beirute até a ilha de Chipre.

No Suriname em 2009, o Brasil se viu novamente na necessidade de evacuar seus nacionais. No dia 26/12/2009 na cidade de Albina, a comunidade de brasileiros que trabalhavam nos garimpos de ouro da região sofreu ataques brutais em represália a um suposto crime cometido por um dos brasileiros. Em decorrência desses ataques, foram evacuados 32 brasileiros através de voo da FAB no dia 30/12/2009. Destaca-se que dentre os evacuados encontravam-se três com ferimentos graves e que houve um breve, porém tenso conflito antes do embarque em razão da insistência do Governo do Suriname em manter um dos brasileiros no país, pois ainda seria ouvido nas investigações sobre o ocorrido. O embarque só ocorreu devido a gestões realizadas pelo MRE junto ao governo local (MRE, 2019).

As evacuações realizadas no Chile (2010) e em São Martinho (2017) foram decorrentes de desastres naturais. No dia 04/03/2010, 108 brasileiros foram evacuados do Chile por meio de voo da FAB após terremoto de magnitude 8.8 graus ter atingido a região central do país em 27/02/2010. Em São Martinho, em decorrência do furacão Irma em 2017, foram evacuados da ilha oito (08) brasileiros em um voo da FAB em 12/09/2017. Conforme o relato recebido do MRE, o plantão consular recebeu em 07/09/2017 telefonema de duas famílias brasileiras que estavam na ilha indagando sobre o auxílio para brasileiros na região. Foram iniciados então ações no sentido de localizar, identificar e evacuar os nacionais brasileiros afetados. A localização e o contato com os brasileiros em São Martinho foram particularmente dificultados pela situação caótica na ilha, com virtual colapso de todas as formas de comunicação. A ideia inicial era de evacuar os brasileiros no dia seguinte através de helicópteros pertencentes a Organização Pan Americana de Saúde (OPAS), o que não se concretizou (MRE, 2019).

Em 10 de setembro, decidiu-se que o avião da FAB que transportaria o escalão avançado da viagem do Presidente da República aos Estados Unidos e retornaria a Brasília, sem passageiros, no dia 12 de setembro, pousaria em São Martinho para resgatar os nacionais que ainda lá se encontrassem. Deu-se início então as tratativas para obtenção de autorização para sobrevoo e pouso da aeronave da FAB em São Martinho, cujo processo encontrou alguns entraves devido a situação a qual se encontrava a ilha, que além dos problemas de comunicação já mencionados, enfrentou uma série de troca dos órgãos administradores do espaço aéreo e do controle na região. Eventualmente, a autorização foi conseguida, entretanto, nesse meio tempo, vários brasileiros conseguiram deixar São Martinho por meios próprios, restando apenas os oito, já mencionados, de um total inicialmente mapeado de quarenta (40) brasileiros, para embarque no avião da FAB (MRE, 2019).

Vale ressaltar ainda, que, segundo SILVA (2013), em 1998 o Brasil teve dificuldades de evacuar cerca de duzentos brasileiros da Guiné Bissau, que a época vivia um conflito interno, caracterizando um ambiente incerto ou hostil. O Governo brasileiro ficou a mercê do apoio da França e de Portugal, conseguido com esforço diplomático. Os portugueses evacuaram oitenta brasileiros que se encontravam na capital Bissau, ficando outros cerca de cento e vinte em dificuldades no interior daquele país, configurando uma crise internacional para a gestão do Governo do Brasil.

Em todas os casos apresentadas, fez-se necessária a estreita coordenação entre o MRE, o MD e as autoridades locais, especialmente no que tange a necessidades burocráticas para a execução das operações. Outro ponto em comum observado foi o curto lapso temporal entre a constatação da necessidade e a evacuação propriamente dita para um local seguro. Todas foram realizadas em menos de uma semana. Exceção feita ao Líbano (2006), em que mesmo a evacuação tendo sido iniciada prontamente, foram necessários 24 dias para retirada do pessoal

da zona de conflito, tendo em vista o elevado número de cidadãos e o método transporte escolhido.

Adicionalmente, foi constatado que em todos os casos apresentados, o governo brasileiro não fez uso do seu Poder Naval para a realização das evacuações, ficando o esforço de repatriação a cargo da FAB. Cabe destaque a situação ocorrida na Guiné Bissau (1998), que, mesmo tendo ocorrido na região considerada como “entorno estratégico²³” para o Brasil, o apoio não foi prestado de maneira adequada para nossos nacionais, tendo sido necessário auxílio de outros Estados.

A fim de exemplificar o emprego do poder naval nas Op ENC, serão apresentados a seguir alguns casos, de modo a permitir uma análise posterior deles, na tentativa de identificar pontos de interesse, que possam contribuir para um emprego futuro da MB nessas operações.

3.2 O EMPREGO DO PODER NAVAL NA EVACUAÇÃO DE NÃO COMBATENTES

A fim fornecer elementos para uma análise consistente, serão apresentadas as três casos de Op ENC que contaram com a participação decisiva do Poder Naval para a realização da evacuação, quais sejam: Operação *Sharp Edge* (1991); Operação *Eastern Exit*; e Operação *Deference*.

3.2.1 Operação *Sharp Edge* (Evacuação dos EUA da Libéria em 1990)

A Libéria tornou-se a primeira república independente do continente africano, em 1847, possuindo uma longa relação com os EUA. Era considerada de importância estratégica

²³ Área que compreende a América do Sul incluindo o Atlântico Sul e os países limítrofes da África, assim como a Antártica e a região do Mar do Caribe (BRASIL, 2013).

por lá haverem sido colocadas instalações de telecomunicações norte-americanas (SACHTLEBEN, 1991).

Em 12 de abril de 1980, Samuel K. Doe tornou-se presidente da Libéria através de um golpe de estado, tendo revogado a constituição e decretado lei marcial. Em 1985 uma nova constituição foi aprovada, sendo realizadas eleições, cujo vencedor foi o próprio Doe, tomando posse como presidente eleito em janeiro de 1986. (SACHTLEBEN, 1991)

Em dezembro de 1989, Charles Taylor, um ex funcionário de alto escalão do governo que havia fugido do país alguns anos antes acusado de corrupção, iniciou um movimento insurgente contra o governo Doe. Esse movimento deu origem a Frente Patriótica Nacional da Libéria (FPNL), que inicialmente contava com poucos membros, entretanto, foi ganhando adeptos e força, a medida que a insatisfação com o governo aumentava. Na véspera do Natal em 1989, o movimento iniciou uma lenta ofensiva em direção a capital Monróvia. (SACHTLEBEN, 1991)

A situação na Libéria vinha estava sendo monitorada pela Estado-Maior do Comando Naval Norte-Americano da Região (U.S. Naval Forces Europe ou 6ª Esquadra), através da coleta de informações de inteligência sobre a situação do governo Doe e do FPNL, uma vez que a situação era considerada como potencialmente perigosa. (PARKER, 1991)

No dia 25 de maio de 1990, com o agravamento das tensões na Libéria, o Chefe do Estado Maior Conjunto²⁴ determinou que a 22ª Unidade Expedicionária de Fuzileiros Navais²⁵ (22ª MEU), a qual estava em treinamentos de rotina na França, embarcasse nos navios do 4º Esquadrão Anfíbio (USS Saipan, USS Ponce, e USS Sumter) atracados em Toulon (França) e se dirigisse para as proximidades de Monróvia, a fim de conduzir a Operações de Evacuação

²⁴ O Chefe do Estado Maior Conjunto (Joint Chief of Staff), dentro da organização do Departamento de Defesa dos EUA é o Oficial da ativa mais antigo das forças armadas norte-americanas, e como tal é o principal assessor militar do Presidente.

²⁵ A Marine Expeditionary Force (MEU) é a uma força pronta de Fuzileiros Navais, capaz de atuar no ar e em terra. Sua estrutura é aproximadamente 2.200 homens, dentre elementos de Comando, Combate Terrestre, Aviação de Combate e Logística. Está normalmente associada a um esquadrão de Navios Anfíbios.

de Não Combatentes e de Segurança em instalações estadunidenses na região. A fim de prover capacidade de apoio de fogo e incrementar a capacidade de guerra eletrônica, O USS Peterson, um contra-torpedeiro da classe Spruance, foi incorporado à força-tarefa (FT) (PARKER, 1991).

No dia 31 de Maio, durante o trânsito da FT, foi transportado por via aérea para Monróvia um Grupo Avançado, que deveria estabelecer comunicação da Embaixada com a força a fim de fornecer informações atualizadas sobre a situação em terra, por meio de comunicações por satélites. A medida que a situação se agravava na capital da Libéria, aumentava a necessidade de reforçar a segurança da embaixada norte-americana. O USS Peterson, por ser capaz de desenvolver uma velocidade maior que os demais navios, foi destacado da força com um contingente de tropa de 75 militares, devendo demandar na máxima velocidade a fim de antecipar o envio dos militares para reforço da segurança da embaixada (PARKER, 1991).

No dia 02 de Junho, o USS Peterson chegou na costa de Monróvia, entretanto, a situação em terra havia se acalmado, não sendo mais necessário, naquele momento, o reforço na segurança. Os demais navios da FT chegaram ao local 24 horas depois, quando foi determinado aos navios permanecerem 50 milhas afastado da costa da Libéria em demonstração de poder dos EUA (SACHTLEBEN, 1991).

Enquanto aguardava novas instruções, a FT norte-americana aproveitou para aprimorar seu planejamento, à medida que recebia do grupo avançado informações sobre as possíveis zonas de pouso, condições de praia e hidrografia. O treinamento de suas tropas também foi intensificado, repassando regras de engajamento, procedimentos de desembarque, de tratamento com evacuados e primeiros socorros (PARKER, 1991).

Nos meses de junho e julho, as forças do FPNL e da Frente Patriótica Independente Nacional da Libéria (movimento insurgente dissidente do FPNL e liderado por Prince Johnson) fecharam o cerco à capital. No final de mês de julho, o conflito se intensificou nos arredores da

embaixada norte-americana. O assassinato de cerca de 200 civis na Igreja Luterana de Monróvia, deu um novo sinal de urgência à situação. As tropas embarcadas foram colocadas em alerta (PARKER, 1991).

A essa altura, tanto o Governo da Libéria quanto os movimentos insurgentes começaram a demonstrar agressividade em relação aos norte-americanos. No dia 04 de agosto, Prince Johnson ameaçou fazer cidadãos estadunidenses de reféns, tendo então o embaixador solicitado auxílio da força militar. Logo após, a FT recebeu as tarefas de: Prover segurança à Embaixada Norte Americana; evacuar os funcionários da embaixada, cidadãos estadunidenses e estrangeiros de interesse, tanto da embaixada quanto das instalações de telecomunicações; e prover apoio logístico para a embaixada (PARKER, 1991).

Na manhã do dia 05 de agosto, os navios fecharam distância para seis milhas de costa e iniciou-se o desembarque de tropas por meio de movimento helitransportado, com pouso nas respectivas zonas previsto para as 09:00. As condições de visibilidade estavam degradadas, entretanto os vários ensaios e treinamentos conduzidos durante o período de espera fizeram com que todos os pilotos decolassem e localizassem suas respectivas zonas de pouso sem dificuldades (PARKER, 1991).

Foram estabelecidas três zonas de pouso, uma na embaixada norte americana e outras duas nas instalações de telecomunicações norte-americanas. Em menos de 30 minutos, 21 cidadãos norte-americanos haviam sido evacuados das áreas de telecomunicações. Simultaneamente, empregando helicópteros CH-46s e CH-53D foram transportados para reforço da segurança na embaixada um efetivo de 234 fuzileiros navais e 06 viaturas de ataque além de armamentos pesados. Em apoio às ações em curso, haviam helicópteros de ataque AH-1T sobrevoando as zonas de pouso para prover apoio de fogo, duas aeronaves AV-8B (Harrier

II) em alerta 5²⁶ no convés de vôo do USS Saipan e o USS Peterson foi posicionado a 3 milhas de costa para prover apoio de fogo (PARKER, 1991).

A evacuação continuou até o dia 21 de agosto, tendo sido evacuados ao final da operação mais de 1.600 pessoas. A capacidade de apoio logístico da força-tarefa mostrou-se fundamental para o cumprimento da missão. Contabiliza-se mais de 132 mil litros de combustível transferidos para a embaixada a fim de manter seus geradores elétricos funcionando, além do transporte de aproximadamente 18 mil litros de água para suas cisternas, 28 pallets de gêneros alimentícios e 2 pallets de material médico (PARKER, 1991).

3.2.2 – Operação *Eastern Exit* (Evacuação dos EUA da Somália em 1991)

Em 1989 havia na Somália três grandes grupos rebeldes com origem em clãs distintos: o Movimento Nacional Somaliano, mais presente no norte do país; o Movimento Patriótico da Somália, mais ativo na parte sul; e o Congresso Unido da Somália, que atuava principalmente na capital Mogadíscio e na região central do país. Esses grupos haviam se desenvolvido durante o regime ditatorial do Presidente Mohamed Siad Barre, que já durava vinte anos (OHLS, 2009).

Nos dois anos subsequentes, a turbulência política tornou-se feroz, resultando em conflito entre os clãs e atividades criminais desenfreadas. Na medida em que o Presidente perdia o controle sob o país, o conflito entre os grupos rebeldes se acirrava, criando divisões dentro dos clãs, aumentando a violência no país e anulando os esforços pela pacificação (OHLS, 2009).

No início de dezembro de 1990, as condições se degradaram de tal forma que o Embaixador Norte-Americano na Somália evacuou todo pessoal não essencial da embaixada e conclamou os cidadãos estadunidenses a saírem do país. A maioria das demais missões

²⁶ Condição de prontidão na qual a aeronave deve ser capaz de decolar em até 5 minutos após receber determinação para tal.

estrangeiras em Mogadíscio tomaram atitude similar, na medida em que a violência escalava e a ordem social se desintegrava. Apesar de não ser alvo de nenhuma facção específica, a embaixada norte-americana e seu pessoal eram alvos constantes de atos de violência (OHLS, 2009).

Após encontro com o Presidente da Somália no final de dezembro de 1990, o Embaixador Norte-Americano concluiu que o governo não possuía planos nem meios para conter a escalada da crise. À medida que a violência se espalhava e crescia, a capacidade da embaixada em evacuar o restante do pessoal diminuía. O Embaixador então transferiu os norte-americanos para áreas relativamente mais seguras dentro e no entorno da embaixada. Percebendo que estava ficando sem opções, no dia 02 de janeiro de 1991, o Embaixador solicitou auxílio da força militar para realizar a evacuação (OHLS, 2009).

A solicitação urgente de auxílio vindo da embaixada em Mogadíscio foi prontamente atendida pelo governo dos EUA, deflagrando a Operação *Eastern Exit*. As primeiras ações foram o desdobramento de duas aeronaves C-1130 e uma aeronave AC-130 para o Quênia e a determinação de demandar a Capital da Somália para navios anfíbios USS GUAM e USS TRENTON, os quais estavam atracados no Omã, a aproximadamente 1.500 milhas náuticas de Mogadíscio quando foram acionados. Ambos os meios faziam parte das forças militares Norte-Americanas que estavam engajados na Operação Tempestade no Deserto²⁷ (OHLS, 2009).

Enquanto os navios anfíbios demandavam o local, a Op ENC estava sendo planejada, com diferentes possibilidades sendo estudadas. Inicialmente a intenção de manobra era empregar uma aeronave transportando destacamento militar diretamente para o aeroporto de Mogadíscio. Esse destacamento faria a segurança do transporte por via terrestre do pessoal

²⁷ Operação componente da chamada Guerra do Golfo, na qual uma coalizão internacional, aprovada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas e liderada pelos EUA, visava através do uso da força militar alcançar a libertação do Kuwait, ocupado pelas forças armadas iraquianas sob as ordens do então ditador Saddam Hussein.

da embaixada para o aeroporto, de onde então seriam evacuados. Tal manobra havia sido executada por alguns estados no final do mês de dezembro, entretanto o ambiente operacional não permitiria tal deslocamento. A Embaixada Norte-Americana não conseguia se comunicar com o aeroporto para obter permissão para o pouso e toda as linhas de telefone haviam sido cortadas. Além disso, o aeroporto ficava a duas milhas da embaixada e não se acreditava, a essa altura, que tal deslocamento poderia ser feito em segurança (OHLS, 2009).

O engajamento militar estadunidense na Operação Tempestade no Deserto também limitava as opções para a evacuação. A essa altura, avaliação da situação era de que somente uma evacuação diretamente da embaixada, através de helicóptero operando a partir dos navios anfíbios, poderia salvar os cidadãos norte-americanos remanescentes, uma vez que minimizava a exposição ao risco de transporte terrestre na cidade (OHLS, 2009).

No dia 04 de janeiro, com a escalada da violência, as condições de segurança e ordem pública se deterioraram a ponto de o Embaixador Americano solicitar que fossem lançados dois pelotões de paraquedistas para proteger a embaixada enquanto aguardava a chegada da FT anfíbia. Tal pedido não foi atendido, pois a zona para pouso dos paraquedistas era pequena e os mesmos poderiam espalhar-se fora do perímetro da embaixada. Além do mais, os navios fechavam distância rapidamente e estavam atingindo ponto para lançamento de helicópteros, antes do previsto (OHLS, 2009).

Nas primeiras horas do dia 05 de janeiro, dois helicópteros CH-53E Super Stallion pertencentes ao Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA decolaram do USS GUAM, que se encontrava a 466 milhas náuticas de Mogadíscio. Os helicópteros transportavam uma força de 60 militares, sendo 51 fuzileiros navais e uma equipe SEAL²⁸ composta por 09 militares. Foram necessários dois reabastecimentos em voo, coordenados com aeronaves KC-130 pertencentes

²⁸ Os SEAL são a unidade de operações especiais da Marinha Norte-Americana. A sigla SEAL se refere a sua versatilidade, capaz de operar no mar, ar e terra (sea, air and land).

ao Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA para que os helicópteros pudessem ter autonomia suficiente para chegar a embaixada norte-americana e sair da zona conflagrada (OHLS, 2009).

Aproximadamente as 06:20 da manhã do mesmo dia, os helicópteros sobrevoaram sob tiros embaixada norte-americana, a qual estava cercada por aproximadamente 150 somalianos com escadas em um dos muros do complexo. Os pilotos realizaram então passagens baixa com os helicópteros para dispersar o pessoal que cercava a embaixada, pousando logo em seguida dentro do complexo. Os fuzileiros navais desembarcaram e estabeleceram um perímetro de segurança para defender a embaixada e dar proteção para as evacuações que seriam realizadas, enquanto a equipe SEAL assumiu a responsabilidade de proteger o embaixador (OHLS, 2009).

Uma aeronave AC-130 da Força Aérea Norte-Americana sobrevoava a área, para coletar informações de inteligência e fornecer apoio de fogo caso necessário. Uma hora após o pouso, os helicópteros decolaram rumo ao USS GUAM, que agora estava a aproximadamente 350 milhas, transportando sessenta e um evacuados, dentre americanos e embaixadores de outros estados. Aproximadamente oito horas depois de terem decolado do navio, os dois CH-53E Super Stallion pousaram em segurança a bordo, encerrando sua participação na operação. A evacuação do pessoal remanescente seria realizada por helicópteros CH-46 Sea Knight orgânicos ao USS GUAM, tão logo estivessem dentro do raio de ação para decolar (OHLS, 2009).

Nesse ínterim, os funcionários da embaixada juntamente com auxílio dos fuzileiros navais, estavam processando o pessoal restante para a evacuação. A situação na capital somaliana continuava a se deteriorar, e vários representantes de outros estados buscavam refúgio na embaixada estadunidense. Inicialmente, esses deslocavam-se por conta própria para a embaixada; entretanto, à medida que violência crescia, isso não foi mais possível. Os embaixadores russos e britânicos solicitaram apoio para serem transportados, o que foi

realizados empregando tropas norte-americanas em viaturas blindadas e com o apoio da polícia local, por meio do Major Sayed, mediante pagamento de uma taxa que foi cobrada do Embaixador Norte-Americano (OHLS, 2009).

No início da noite, os helicópteros CH-46 Sea Knight decolaram do USS GUAM em quatro alas de cinco aeronaves cada. Para minimizar o risco de ataques aos helicópteros, as evacuações foram realizadas no período noturno. A evacuação do restante do pessoal transcorria sem alteração, até que o Major Sayed, repentinamente retornou à embaixada com dois caminhões e soldados somalis solicitando que a evacuação cessasse imediatamente, haja vista não ter sido aprovada pelo governo local. O embaixador iniciou negociações com o major e, após pagar alguns milhares de dólares e dar a chave de um dos carros da embaixada, conseguiu persuadir o oficial somali a não interferir na operação (OHLS, 2009).

Antes do amanhecer do dia 06 de janeiro, o Embaixador Norte-Americano estava a bordo do USS GUAM e todo o pessoal aprovado para a evacuação havia sido transportado em segurança para um dos dois navios. Assim que o último helicóptero decolou, uma multidão foi avistada adentrando o complexo da embaixada, o destruindo e saqueando. Os últimos voos da evacuação ocorreram sem o apoio da aeronave AC-130, uma vez que foram detectadas emissões radar compatível com sistema de míssil superfície-ar AS-2, de origem soviética, tendo sido necessária a retirada destas aeronaves da área. Entretanto, tal sistema não constituía uma ameaça aos helicópteros, dado a sua baixa altitude de voo, que impossibilitava a detecção pelo radar (OHLS, 2009).

Ao final da Operação *Eastern Exit*, 281 pessoas haviam sido evacuadas, sendo 61 estadunidenses e o restante de outras nacionalidades, incluindo 12 chefes de missões diplomáticas. O elevado número de evacuado demandou um apoio logístico dos navios para fornecer alimentação, acomodação e assistência médica. Não foram registradas baixas entre os evacuados, cabendo destaque para um com ferimento a faca e outro com ferimento de arma de

fogo na região abdominal, além do fato da esposa do embaixador sudanês ter dado à luz a um menino a bordo do USS GUAM (OHLS, 2009).

No dia 11 de janeiro, o pessoal foi desembarcado no Omã, tendo o USS GUAM e o USS TRENTON retomado sua participação na Operação Tempestade no Deserto. A Operação *Eastern Exit*, foi considerada pela Marinha e Fuzileiros Navais norte-americanos um exemplo de como se conduzir uma Op ENC em ambiente complexo e hostil tornando-se estudo de caso para aprimoramento da doutrina norte-americana (OHLS, 2009).

3.2.3 Operação *Deference* (Evacuação do Reino Unido na Líbia em 2011)

Em decorrência dos eventos da chamada “Primavera Árabe”²⁹ na Líbia em 2011, e a conseqüente deterioração das condições de segurança naquele país, o Reino Unido precisou conduzir uma Op ENC para salvaguardar seu pessoal de interesse. Desencadeou-se a Operação *Deference*, a qual contou com a participação de dois navios de guerra britânicos: o HMS CUMBERLAND e o HMS YORK³⁰. Ambos os navios encontravam-se no mar em missão quando foram acionados para a operação em questão.

O HMS CUMBERLAND havia acabado de atravessar o Canal de Suez em direção ao Mar Mediterrâneo quando recebeu, no dia 21 de fevereiro de 2001, a tarefa de evacuar pessoal de interesse da cidade de Benghazi (Líbia) para a ilha de Malta (SHAW et al., 2012).

O Navio então demandou a Baía de Souda, na ilha de Creta (Grécia), para embarque de uma equipe de reconhecimento operacional e um destacamento do Grupo de Proteção da Esquadra de Fuzileiros Navais, juntamente com dois membros da Cruz Vermelha e dois membros da Agência de Imigração do Reino Unido. A essa altura, não se possuía nenhuma

²⁹ Fenômeno como ficou conhecida uma série de protestos populares contra governos autoritários no Oriente Médio. (MINGST, 2014)

³⁰ HMS CUMBERLAND é uma Fragata Classe “Tipo 22” e o HMS YORK um Contra Torpedeiro Classe “Tipo 42”.

informação sobre a situação de segurança no local tampouco sobre o quantitativo ou estado de saúde do pessoal a ser evacuado. O HMS CUMBERLAND suspendeu no dia 23 de fevereiro e, baseado em informações de inteligência decidiu-se planejar para uma evacuação de 500 pessoas, resultando em uma evacuação feita em duas etapas (SHAW *et al.*, 2012).

A Op ENC consistia em cinco fases: trânsito do navio para um local que permitisse um embarque seguro do pessoal; estabelecimento de um Centro de Controle de Evacuados (CCE) e embarque do pessoal; suspender do navio; desembarque dos evacuados em Malta; e regresso para nova evacuação (SHAW *et al.*, 2012).

No dia 24 de fevereiro, o HMS CUMBERLAND estava atracado em Benghazi e um perímetro de segurança havia sido estabelecido. O CCE foi ativado em um depósito no próprio porto, próximo ao navio. Os evacuados eram entrevistados, inspecionados e posteriormente direcionados para embarque. A preocupação neste momento era realizar o embarque de forma expedita, de modo que o navio permanecesse atracado o menor tempo possível. Terminado o embarque, o navio demandou a ilha de Malta para desembarque dos evacuados e regresso a fim de cumprir a segunda etapa da evacuação, a qual ocorreu de maneira similar, no dia 27 de fevereiro. Ao final de 96 horas após o suspender da ilha de Creta, o HMS CUMBERLAND havia evacuado com sucesso 419 pessoas de Benghazi (SHAW *et al.*, 2012).

Paralelamente, o HMS YORK que encontrava-se em trânsito para a cidade de Las Palmas (Espanha) com previsão de chegada no dia 23 de fevereiro de 2011, recebeu no dia 22 deste mesmo mês recebeu a determinação de demandar Gibraltar³¹ a fim de preparar-se para uma possível Op ENC na Líbia.

Após embarque de material e pessoal necessário em Gibraltar, o navio suspendeu no dia 24 de fevereiro em direção a ilha Malta³², onde havia sido estabelecida uma Célula de

³¹ Gibraltar é um território ultramarino britânico localizado na costa sul da Espanha.

³² Malta é um arquipélago situado na região central do Mediterrâneo, entre a Sicília e a costa do Norte da África

Coordenação para a Op ENC (NEOCC³³), para recebimento de instruções e embarque de tropas de segurança de Fuzileiros Navais. A missão determinada ao navio foi de estar preparado para conduzir uma Op ENC, devendo permanecer imediatamente fora do mar territorial líbio, nas proximidades de Trípoli, a fim de coletar informações de inteligência a respeito do tráfego aéreo e marítimo para o NEOCC (SCHOFIELD, 2011).

Os dois dias seguintes o navio passou fornecendo informações de inteligência, que foram empregadas na decisão de utilizar aeronaves C-130 para a evacuação de empregados de empresas petrolíferas que encontravam-se no deserto na Líbia. Ao HMS YORK, coube então, regressar para Malta a fim de coletar material médico que seria empregado para ajuda humanitária em Benghazi. Após uma breve parada na Sicília para reabastecimento, em 02 de março o Navio estava atracado em Benghazi, com perímetro de segurança estabelecido pelos fuzileiros embarcados iniciando a ajuda humanitária. Paralelamente à ajuda, foram processados o embarque de 43 pessoas de diversas nacionalidades e, apenas 4 horas após a atracação o navio suspendeu demandando Malta para transporte dos evacuados (SCHOFIELD, 2011).

³³ Non-combatant Evacuation Coordination Cell (NEOCC), é um Gabinete de Crise multinacional ativado quando for necessário, cuja a finalidade é coordenar os esforços e evitar interferência mútua entre os diferentes Estados na condução das suas respectivas Op ENC. Para a situação na Líbia em 2011, foi ativado um NEOCC em Malta que contava com representantes de 16 países.

4 ANÁLISE

O tempo é um fator primordial em uma Op ENC. As incertezas afetas ao ambiente operacional, principalmente o grau de hostilidades no país anfitrião fazem com que a velocidade de resposta seja um fator chave para o sucesso da operação. Esse é o maior obstáculo a aplicação de meios navais para a realização de uma evacuação de não combatentes.

Nas operações *Eastern Exit* e *Deference*, repete-se o que já havia sido observado nas Op ENC realizadas pelo Brasil, onde as evacuações iniciaram poucos dias após a solicitação. Cabe ressaltar porém, que na Operação *Sharp Edge*, as forças militares norte-americanas estavam prontas para iniciar a evacuação sete dias após a ordem de execução, entretanto mudanças no ambiente operacional fizeram com que o início da operação fosse postergado.

Nas três operações citadas, é necessário registrar que os meios navais empregados não foram acionados de suas respectivas sedes, uma vez que estavam operando em regiões mais próximas ao local das evacuações, tendo sido fundamental para o pronto atendimento da emergência apresentada.

Tal fato explora as características básicas do poder naval de mobilidade, representada pelo pronto deslocamento das forças e versatilidade, uma vez que os meios navais quando foram acionados estavam engajados em outras atividades, necessitando uma mudança em sua postura militar para execução das evacuações. Destaca-se o caso da Operação *Eastern Exit*, onde os meios empregados estavam engajados em apoio ao conflito no Iraque.

A imprevisibilidade de uma Op ENC faz com que seu tempo de planejamento seja mínimo. Soma-se a isso o fato de que a decisão de realizar uma evacuação normalmente é adiada ao máximo, reduzindo ainda mais o tempo para planejamento e execução de uma evacuação. Dessa forma, o planejamento da operação será fundamentado essencialmente nas

conjunturas política e militar do local e na troca de informações com os atores envolvidos na operação, demonstrando a necessidade de estreita coordenação entre o MRE e o MD.

Segundo Blanchard (1997), os militares comumente criticam os diplomatas por postergarem a solicitação para evacuação, resultando em riscos desnecessários para as forças militares e o pessoal a ser evacuado. Entretanto, conforme explicado, a decisão de evacuar a embaixada é política e possui repercussões para as relações internacionais do país.

Uma estrutura de inteligência capaz de coletar e analisar informações com a propósito de prever situações de conflito que podem levar a necessidade de uma evacuação poderia mitigar esse problema. Entretanto, de acordo com Dudin (2011), uma análise histórica das tentativas de previsão de conflitos indicam que esta resultará em numerosos alertas falsos, assim como falhas na previsão de conflitos que ocorrerão. Ainda segundo o autor, esse problema tem sido mitigado por alguns estados por meio do emprego avançado de forças.

As potências militares da atualidade tem dado grande importância para o emprego de bases avançadas. Uma base avançada é aquela localizada fora do território de determinado estado, em locais próximos a uma potencial ameaça ou aos interesses do Estado. O objetivo principal dessas bases é obter vantagem no tempo de reação, posicionamento geográfico, concentração e apoio as suas forças contribuindo para uma situação estratégica favorável tanto em paz quanto em tempo de conflito (KREPINEVICH; WORK, 2007).

A definição de base compreende: bases aéreas; base terrestres e bases navais, incluindo portos e fundeadouros. Mais importante, em sendo uma base um local de onde operações militares são projetadas ou apoiadas, em certas circunstâncias uma grupo tarefa de navios pode ser considerado como uma base móvel no mar (KREPINEVICH; WORK, 2007).

Tanto o Reino Unido como os EUA incorporaram o uso de bases avançadas em suas estratégias de defesa. O Reino Unido, por exemplo, possui bases militares permanentes

em Gibraltar, Chipre e Diego Garcia³⁴, dentre outras, além navios estratégicos para projeção de poder, tais como porta-aviões e navios anfíbios (ROGERS; SIMÓN, 2009).

Os EUA por sua vez, possuem diversas bases avançadas, como por exemplo em locais como Rota (Espanha), Nápoles (Itália) e em Creta (Grécia)³⁵ dentre outras, além de manter permanentemente na periferia da Eurásia³⁶ dois a três grupos de batalha nucleados em porta-aviões³⁷ além de duas a três forças-tarefa anfíbias³⁸ para pronto emprego (KREPINEVICH; WORK, 2007).

Analisando os casos apresentados, observa-se a importância do uso de bases avançadas nas Op ENC conduzidas. A existência de forças militares mais próximas ao local da ocorrência, associada ao apoio prestado pelas bases avançadas (móveis ou fixas) garantiram o sucesso das operações.

Nas Operações *Sharp Edge* (Libéria, 1990) e *Eastern Exit* (Somália, 1991), os EUA posicionaram seus meios navais nas proximidades, empregando-os como bases móveis, para apoiar as ações em terra e a consequente evacuação. Já na Operação *Deference* (Líbia, 2011), o Reino Unido fez uso de sua base em Gibraltar para apoiar os navios que foram acionados para realizar a evacuação.

Nas três operações, os meios navais foram empregados como locais de desembarque seguro intermediário, de modo a permitir a rápida evacuação do pessoal da área de risco para um local seguro até que fosse realizado seu transporte para o destino final. Convém ressaltar essa flexibilidade de emprego dos meios navais possibilita a evacuação de um contingente maior de pessoas, como foi o caso nas operações analisadas.

³⁴ Ilha situada no Oceano Índico.

³⁵ Relação completa das localidades onde existem Bases Navais Norte-Americanas pode ser encontrada no sítio <https://www.military.com/base-guide/browse-by-service/navy>.

³⁶ Nome utilizado a massa terrestre formada pelos continentes Europeu e Asiático.

³⁷ *Carrier Strike Group*, uma força naval nucleada em um porta-aviões, composta também por navios escolta, submarinos e navios de reabastecimento.

³⁸ *Amphibious Ready Groups*, uma força-tarefa anfíbia que comporta uma Unidade Expedicionária de Fuzileiros Navais (*Marine Expeditionary Unit-MEU*).

Na Operação *Sharp Edge*, é evidente a exploração da capacidade de permanência do poder naval, uma vez que a evacuação propriamente dita iniciou pouco mais de dois meses após a chegada das forças norte-americanas no local. Nessa operação, destaca-se também o emprego de um Grupo Avançado que permitiu a coleta de informações, para o aperfeiçoamento do planejamento da evacuação e o treinamento das tropas, de modo que, quando a evacuação se iniciou, mesmo com condições ambientais adversas, não foram registrados problemas na sua execução.

Por fim, cabe ressaltar a peculiaridade da Operação *Deference*, onde o Reino Unido evacuou pouco mais de 450 pessoas da Líbia para Malta (aproximadamente 410 milhas de distância), sem a utilização de navios de transporte, demonstrando a flexibilidade para navios escolta, notadamente mais velozes que os de transporte, na realização de evacuação para deslocamentos mais curtos.

4.1 POSSÍVEL EMPREGO PARA A MB

Segundo Zuccaro e Soares (2002) os cenários prováveis para a realização de uma Op ENC são os seguintes: militares e/ou civis integrantes de forças de paz, representantes de missões diplomáticas brasileiras e nacionais estabelecidos em região cuja instabilidade política represente uma ameaça real à sua integridade física e de onde não tenha sido possível deixar por meio de transporte convencional.

Na atualidade, as zonas de maior risco de incidência de conflito no mundo são a África (excetuando-se a região sul do continente) e o Oriente Médio³⁹. De acordo com

³⁹ <https://drum-cussac.com/blog/world-risk-map/>

estimativas do MRE, existem pouco mais de 25 mil brasileiros morando no continente africano e quase 50 mil no Oriente Médio⁴⁰.

Caso a MB fosse empregada em uma possível evacuação de uma dessas duas regiões, faz necessário algumas observações a luz do que foi analisado nos casos apresentados. O fator tempo-distância para o deslocamento de meios navais para a realização de uma Op ENC seria o fator primordial para ser analisado. Normalmente, o tempo disponível para a evacuação está diretamente relacionado ao ambiente operacional na região.

No caso de uma ocorrência com ambiente operacional hostil, onde a necessidade de rapidez na realização é fator primordial, dificilmente seria exequível a realização de uma Op ENC através de uma Projeção Anfíbia. Nesse caso, o emprego de meios navais para auxiliar na execução só seria possível em caso fortuito de haver um navio da MB em comissão nas proximidades.

No caso de uma ocorrência com ambiente operacional incerto ou permissivo, a existência de procedimentos pré-estabelecidos para a formação de uma Força Tarefa Anfíbia com meios capazes de realizar uma Op ENC, diminuindo o tempo de reação, poderia possibilitar o emprego do Poder Naval na operação. Entretanto, ressalta-se que sempre existirá o risco de mudança no ambiente operacional, aumentando a urgência da realização da operação e inviabilizando-a.

Por último, convém ressaltar que o Brasil possui permanentemente um navio Escolta em missão no Oriente Médio, como Capitânia Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (FTM-UNIFIL), assim sendo, em casos de necessidade e com os devidos acertos políticos envolvidos, tal meio poderia ser empregado em caráter excepcional, na realização de uma Op ENC na região.

⁴⁰ <http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades/Estimativas%20RCN%202015%20-%20Atualizado.pdf>

5 CONCLUSÃO

Levando-se em consideração os aspectos analisados, pode-se concluir que o emprego de meios navais na realização de Operações de Evacuação de Não Combatentes, não só é possível como pode facilitar a execução das Op ENC, uma vez que podem ser empregados como Base Intermediária de Apoio, apoiando as ações em terra ou como Local de Desembarque Seguro Intermediário, provendo a segurança dos evacuados antes do término da operação.

Entretanto, o maior obstáculo para o emprego de meios navais nesse tipo de operação é o tempo disponível para a execução. A velocidade de reação é uma fator chave nessas operações, uma vez que podem ser desencadeadas inopinadamente e, a depender do ambiente operacional que a cerca, podem haver a necessidade urgente de evacuação, não sendo possível o emprego de meios navais devido ao fator tempo-distância envolvido.

A exploração das características básicas do poder naval de mobilidade e versatilidade, permite, em casos fortuitos, que meios navais que estejam em regiões próximas quando da necessidade de uma evacuação sejam empregados.

A existência de bases avançadas em zonas de potencial ocorrência de conflitos, permitem uma vantagem estratégica no tempo de reação, possibilitando o também emprego de meios navais em Op ENC, entretanto devido aos custos envolvidos, apenas as potências militares possuem tais tipos de bases.

Dado o exposto, a participação de meios navais em Operações de Evacuação de Não Combatentes dependerá da existência de meios navais em condições de emprego, da distância para o local da evacuação e principalmente do ambiente operacional envolvido, o qual impactará na urgência da operação, devendo estes fatores ser analisados em conjunto de modo a permitir o emprego da força mais apropriada para a operação.

REFERÊNCIAS

BLANCHARD, Christopher E. **Noncombatant Evacuation Operations**. Marine Corps Gazette, Quantico, VA v. 81, p. 56-63, mar. 1997.

BRASIL. Marinha do Brasil. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **CGCFN-0-1: Manual de Fundamentos de Fuzileiros Navais**. Rio de Janeiro, 2013.

_____. Marinha do Brasil. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **CGCFN-1-11: Manual de Operações de Evacuação de Não-Combatentes dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais**. Rio de Janeiro, 2008.

_____. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. **EMA-305: Doutrina Militar Naval**. Brasília, 2017.

_____. Ministério da Defesa. **MD33-M-08: Manual de Operações de Evacuação de Não Combatentes**. 2. ed. Brasília, 2013.

_____. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, 2013.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Estimativas Populacionais das Comunidades**. Disponível em <<http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades/Estimativas%20RCN%202015%20-%20Atualizado.pdf>>. Acesso em 30 mai. 2019.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Coordenadoria Geral de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania (CGSOB). **Serviço de Informação ao Cidadão**. [Resposta cedida ao] Alexandre A. Gomes Ferreira. 03 jul. 2019. 1 mensagem eletrônica.

CABRAL, Paulo. **Ônibus com 52 brasileiros deixa Beirute**. BBC Brasil, 2006. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2006/07/060721_libanoretirada_is.shtml>. Acesso em: 02 jun. 2019.

COBBLE, Eugene W.; GAFFNEY, H. H.; GORENBURG, Dimitry. **For the Record: All U.S. Forces Responses to Situations, 1970-200 (with additions covering 2000-2003)**. Center for Naval Analyses, 2005. Disponível em: <https://www.cna.org/CNA_files/PDF/D0008414.A3.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.

DRUM CUSSAC. **Mapa de Risco**. Disponível em: <<https://drum-cussac.com/blog/world-risk-map/>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

DUDIN, Sam. **The Historical Characteristics of Non-Combatant Evacuation Operations**. In: 28th International Symposium on Military Operational Research. s.l., 2011. Disponível em: <<http://ismor.cds.cranfield.ac.uk/authors/sam-dudin>>. Acesso em: 28 mai. 2019.

KREPINEVICH, A.; WORK, R. **A New Global Defence Posture for the Second Transoceanic Era**. Center for Strategic and Budgetary Assessments, 2007. Disponível em: <<https://csbaonline.org/uploads/documents/2007.04.20-New-Global-Defense-Posture.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

MEDEIROS, Sabrina E.; SOARES, Denise de S. **Manobra de crise e evacuação de não-combatentes**. Carta Internacional. v. 4. Set. 2009. Disponível em: <<https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/521/273>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

MINGST, Karen A. **Princípios de Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

OHLS, Gary J. **Somalia...From de Sea**. Naval War College Newport Papers, Newport, RI., nº. 34, p. 25-45. jul. 2009.

PARKER, T. W. **Operation Sharp Edge**. Proceedings, Annapolis, MD., v. 117, p.102-106, mai.1991.

ROGERS, James; SIMÓN Luis. **The Status and Location of the Military Installations of the Members States of the European Union and Their Potential Role for the European Security and Defence Policy**. European Parliament. fev. 2009. Disponível em: <[http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/note/join/2009/407004/EXPO-SEDE_NT\(2009\)407004_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/note/join/2009/407004/EXPO-SEDE_NT(2009)407004_EN.pdf)>. Acesso em: 25 jul. 2019.

SACHTLEBEN, Glen R. **Operation Sharp Edge: The Corps' MEU(SOC) Program in Action**. Marine Corps Gazette, Quantico, VA., v.75, n.11, p.76-86, nov. 1991.

SANTOS, Marcelo C. **Líbano 2006: uma tendência do emprego do Poder Naval para Operações de Evacuação de Não-Combatentes**. 2008. 35f. Monografia (Mestrado em Ciências do Mar) - Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, RJ, 2008.

SCHOFIELD S. **HMS York – OP Deference**. Journal of the Royal Naval Medical Service v. 97, p. 28-31. 2011.

SHAW, et al. **OP Deference – Libyan Crisis 2011 – Non Combatant Evacuation Operations (NEO) – Role One Medical Experience**. Journal of the Royal Naval Medical Service, v 98.1, p. 23-26. 2012.

SILVA, Gian D. **As expressões política e militar na gestão de Operações de Evacuação de Não Combatentes em situação de não guerra**. 2013. 282f. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, RJ, 2013.

SPELLER, Ian e TUCK, Christopher. **Strategy and Tactics: Amphibious Warfare**. London: Spellmount Limited, 2001.

SPELLER, Ian. **Understanding Naval Warfare**. Abingdon: Routledge. 2014

TEIXEIRA da SILVA, F.C. (Org). **Enciclopédia de Guerras e Revoluções do século XX – As grandes transformações do mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

VIDIGAL, Armando A. F. **A missão das Forças Armadas para o século XXI**. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro, v. 124, p. 101-115 out. 2004.

ZUCCARO, Paulo; M. SOARES, Jorge A. N. **Evacuação de não-combatentes, tarefa do conjugado anfíbio**. O Anfíbio. Rio de Janeiro, n. 21, p. 4-11, 2002.

ANEXO A

Consulta realizada ao Serviço de Informação ao Cidadão do Ministério das Relações Exteriores

Dados do Pedido

Protocolo	09200000530201994
Solicitante	Alexandre Almeida Gomes Ferreira
Data de Abertura	31/05/2019 16:54
Orgão Superior Destinatário	MRE – Ministério das Relações Exteriores
Orgão Vinculado Destinatário	
Prazo de Atendimento	04/07/2019
Situação	Respondido
Status da Situação	Acesso Concedido (Resposta solicitada inserida no e-SIC)
Forma de Recebimento da Resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Resumo	Relatórios sobre as últimas evacuações de nacionais brasileiros no exterior.
Detalhamento	Boa tarde. Estou fazendo um trabalho acadêmico sobre evacuação de não combatentes, e gostaria de ter acesso aos relatórios das últimas evacuações de brasileiros realizadas pelo governo.

Dados da Resposta

Data de Resposta	03/07/2019 11:05
Tipo de Resposta	Acesso Concedido
Classificação do Tipo de Resposta	Resposta solicitada inserida no e-SIC

Resposta

Prezada(o) cidadã(o),

O Serviço de Informações ao Cidadão do Ministério das Relações Exteriores agradece seu contato. Em atenção à sua solicitação encaminhamos, em anexo, os documentos solicitados.

2. Informa-se que, nos termos do Capítulo II - DO ACESSO A INFORMAÇÕES E DA SUA DIVULGAÇÃO, Artigo 7º, Parágrafo 2º da Lei no 12.527: "Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa ... com ocultação da parte sob sigilo.", alguns expedientes tiveram termos tarjados.

3. Segue, abaixo, lista das ações coordenadas por este Ministério que se enquadram no conceito de "evacuação de não-combatentes". A título de conhecimento, realizou-se pesquisa a partir do ano 2000:

- La Paz, 2003 (distúrbios civis);
- Líbano, 2006 (conflitos políticos);
- Suriname, 2009 (distúrbios civis);
- Chile, 2010 (desastre natural);
- Caribe, 2017 (desastre natural).

4. À guisa de "relatórios", seguem, em anexo, as comunicações mais representativas do Consulado-Geral em Santiago e da Embaixada em Port-of-Spain referentes à evacuação de brasileiros do Chile (2010) e Caribe (2017). Esclarecemos que foram feitas exaustivas buscas na série telegráfica e em arquivo físico da Divisão de Assistência Consular deste Ministério (DAC) para a identificação dos documentos que poderiam oferecer o melhor relatório das ações.

5. Não foram localizadas informações detalhadas sobre a evacuação de brasileiros de La Paz em 2003, coordenada pela Embaixada do Brasil naquela capital. Naquela oportunidade, foram 108 os brasileiros que retornaram ao Brasil em vôo da FAB em outubro daquele ano, em meio à instabilidade política e distúrbios sociais que afetaram a Bolívia.

6. Em relação à evacuação de brasileiros do Líbano (2006) e do Suriname (2009), seguem os seguintes expedientes:

- Líbano (2006): telegramas 702, 703 e 704/2006 de Brasemb Ancara
- Suriname (2009): telegrama 1246/2009 de Brasemb Paramaribo

Atenciosamente,

Coordenador-Geral de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania (CGSOB)
 Secretaria de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania (SASC)
 Ministério das Relações Exteriores (MRE)
 Coordenador-Geral de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania Secretaria de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania

Classificação do Pedido

Categoria do Pedido	Relações internacionais
Subcategoria do Pedido	Serviços consulares
Número de Perguntas	1

Histórico do Pedido

Data do evento	Descrição do evento	Responsável
31/05/2019 16:54	Pedido Registrado para para o Órgão MRE – Ministério das Relações Exteriores	SOLICITANTE
31/05/2019 17:16	Pedido Em Andamento	MRE – Ministério das Relações Exteriores
24/06/2019 11:21	Pedido Prorrogado	MRE – Ministério das Relações Exteriores
03/07/2019 11:05	Pedido Respondido	MRE – Ministério das Relações Exteriores